

Tornar-se negro/a: recentes acionamentos da obra de Neusa Santos Souza (1983) e sua pertinência para se pensar o racismo e seus efeitos psicossociais no presente¹

**Luiza Freire Nasciutti
UERJ/Rio de Janeiro**

Palavras-chave: Neusa Santos Souza; racismo; saúde mental.

Este texto parte da pesquisa de doutorado que reflete sobre os atuais acionamentos e interpretações sobre a obra e trajetória da psicanalista negra Neusa Santos Souza (1948-2008), no que se refere à importância atribuída ao livro *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (SOUZA, 2021[1983]) e a seus efeitos nos campos acadêmico e político no momento de sua produção e no presente. O trabalho pretende analisar como sua mais conhecida obra, *Tornar-se negro*, vem sendo revisitada e incorporada e de que forma seus usos informam sobre as relações raciais no Brasil e os debates fomentados em torno da ideia de raça e racismo no contexto atual. Na produção de uma articulação interpretativa desta obra e da entrevista com Neusa Santos realizada para o Programa Espelho do Canal Brasil, em 2008, pretendo refletir sobre dimensões relevantes do debate racial e suas atuais tensões, disputas e transformações, no que toca sua mobilização para se pensar o campo da saúde mental (em particular, o da psicanálise). Desdobra-se, desta análise, a reflexão sobre a pertinência de *Tornar-se negro* para se pensar o racismo e seus efeitos psicossociais no presente e os “novos” processos de subjetivação atravessados pela experiência de ser “negro/a em ascensão” no Brasil contemporâneo.

Tornar-se negro (SOUZA, 2021[1983]) tematiza o racismo “à brasileira” a partir do ponto de vista do conflito intrapsíquico de pessoas negras em processo de ascensão social. Assinala as consequências subjetivas da violência racial que institui a introjeção dos referenciais de branquitude, ao tomar o Ideal de Eu branco como modelo de identificação, o que engendra, no negro que a este ideal inalcançável se submete, uma ferida narcísica. A autora propõe ao sujeito negro uma saída política, ao mesmo tempo subjetiva; individual, ao mesmo tempo coletiva, via desconstrução do modelo de brancura enquanto ideal, para a abertura de uma autoafirmação de negritude positivada em contínuo processo de construção pelo qual o sujeito se reconhece e se torna negro/a. A atual pesquisa se

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

inscreve em um contexto em que a importância atribuída à Neusa Santos Souza e o reconhecimento do impacto intelectual e político do *Tornar-se negro* (SOUZA, 2021[1983]) têm sido cada vez mais recuperado e comentado, produzindo efeitos diversos no debate racial brasileiro.

A importância intelectual de outras obras publicadas de Neusa Santos deve ser destacada, como *A Psicose: um estudo lacaniano* (SOUZA, 1999), que marcou sua trajetória como psicanalista lacaniana no Rio de Janeiro. No entanto, optou-se aqui por dirigir a análise para o livro *Tornar-se negro* (SOUZA, 2021[1983]) e suas apropriações no contexto atual por diferentes sujeitos do campo acadêmico, político e “psi”, mediada pela minha própria leitura e compreensão da obra. *Tornar-se negro* representa tanto um marco histórico, sobretudo para a história dos movimentos sociais negros no Brasil², quanto teórico, assumindo certo pioneirismo intelectual no que diz respeito à “constatação inequívoca da precariedade, no Brasil, de estudos sobre a vida emocional dos negros e da absoluta ausência de um discurso, nesse nível, elaborado pelo negro acerca de si mesmo”³ (SOUZA, 2021:45). Considera-se esta, dentre as outras obras de Neusa Santos, uma contribuição fundamental ao pensamento social brasileiro, que, assim como Lélia Gonzalez (2020), tem a capacidade de fomentar uma análise do racismo “à brasileira” articulada ao aspecto psíquico, subjetivo e emocional, refletindo sobre como o imaginário social racista interiorizado forja o racismo como neurose cultural brasileira (GONZALEZ, 1984) ou como condição formativa do Ideal de Eu branco (SOUZA, 2021 [1983]).

Publicado em contexto de ainda regime militar, *Tornar-se negro*, a rigor uma dissertação de mestrado, defendida no Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB) em 1981, sinaliza a sociedade brasileira do mito da democracia racial arraigado e do racismo velado, e nem por isso menos brutal, descortinando os efeitos psicológicos engendrados da violência racial. Ao trazer à discussão um tema encoberto e criminalizado pelo regime, que se sustentava no discurso da ideologia da mestiçagem enquanto identidade nacional, e ao

² Ciente dos debates que tensionam a categoria de “movimento negro” e historicizam o surgimento, o perfil e a performance deste movimento social e as disputas em torno das diferentes interpretações sobre ação coletiva negra na história nacional (RIOS, 2009, 2012; DOMINGUES, 2007; GONZALEZ, 1982; PEREIRA & SILVA, 2009), optei pelo uso desta categoria no plural a fim de evitar uma classificação e categorização que possa hierarquizar determinados repertórios de ação coletiva negra em detrimentos de outros, englobando assim a sua heterogeneidade.

³ Não podemos nos esquecer, no entanto, de Virgínia Leone Bicudo, que, apesar dos esforços de apagamento e inferiorização de sua produção (GOMES, 2013), tem relevante e pioneira contribuição sobre a “vida emocional” de pretos e pardos no Brasil (1945).

escancarar a introjeção do “desejo de ser branco” por negros e negras, Neusa Santos impacta a cena ativista negra do período, pois “dá nome aos bois” para uma estrutura psicossocial produto de um racismo particularmente brasileiro que se negava existir. Não à toa, o livro teve como local de lançamento o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), organização negra com sede e espaço físico na cidade do Rio de Janeiro, que se tornou o ponto articulador e de agregação de muitas das frentes políticas negras nos anos 70 e 80.

O efeito marcante da obra para o discurso construído por intelectuais e ativistas negros do período se situa, sobretudo, na capacidade de se nomear e de se justificar, com o rigor teórico de uma pesquisa acadêmica produzida em uma instituição como o IPUB, uma experiência de sofrimento de uma população – a saber, negros e negras em processo de ascensão, e a identificar e a localizar enquanto signo e efeito de uma violência estrutural, o racismo. Como atesta Maria Lucia Silva, no prefácio que abre a edição mais nova do livro (2021):

“Os relatos contidos no livro ensinaram-me a nomear o racismo, o que faz total diferença. Em minha trajetória, nunca tive dúvidas de que eu era preta e gostava de sê-lo, mas não conseguia decifrar a angústia, o embaraço que eu vivenciava na relação com o outro, em especial na escola e no trabalho. [...] E tudo ganhou sentido, significado, nome: memórias remotas foram acionadas, e como num filme, cenas foram se desenrolando e tomando conta de mim. Neste momento, eu pude nomear aquele embaraço, aquela angústia, e fazer laço com a realidade. Eu constatei a existência do racismo! Eu compreendi o que se operou em minha vida, durante anos: experiências de exclusão, discriminação e humilhação. Foi um processo vivido com muita dor, raiva, ódio e indignação, mas tão libertador.” (SILVA in SOUZA, 2021:17-18)

A importância de se nomear uma experiência psíquica como produto de uma violência de origem social e com raízes históricas no processo colonial e escravocrata brasileiro produziu efeitos no discurso da militância negra política que recorria a novos subsídios de argumentação, comprovação e denúncia de uma desigualdade racial estrutural imbricada à ordem econômica capitalista. É necessário lembrar que no embrião da nova “fase” dos movimentos negros brasileiros, a partir dos anos 70, que tem como marco a criação, em 1978, do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) – depois renomeado de Movimento Negro Unificado (MNU), está a fundamentação política e ideológica marxista, que associava a luta antirracista à luta revolucionária anticapitalista, enxergando nas próprias engrenagens do capitalismo moderno uma fundação racista (DOMINGUES, 2007).

No Rio de Janeiro e em São Paulo, muitas lideranças negras do período tiveram sua formação política constituída através da atuação no Núcleo Negro Socialista⁴, grupo clandestino revolucionário de orientação trotskista, relevante para a construção de um corpus de comunidade de falantes sobre o tema do racismo, que se organizava contra a discriminação racial e contra o ofuscamento da questão racial no interior da própria esquerda política (TAVARES, 2022). O Núcleo⁵, que se posicionava contra o regime autoritário e a favor das liberdades democráticas, se constituiu como ponta de lança de um projeto de transformação política que culminou na formação da Tendência Negra no interior da Convergência Socialista, que veio a se tornar um partido político no momento de reabertura política.

Neusa Santos, sendo ela própria integrante da Convergência Socialista e do MNU, escreve *Tornar-se negro* trazendo, em sua base argumentativa, uma expressão marxista⁶ que denuncia o apelo à ascensão social de caráter individualista vivenciado pelo/a negro/a brasileiro/a como coerente com o projeto de desenvolvimento nacional pautado no mito da democracia racial, que provocava um desestímulo à solidariedade do negro e sua compreensão como um integrante de um grupo social. Nesse sentido, o livro fornece subsídios teóricos que tensionavam o mito da democracia racial, a ideologia da mestiçagem e o projeto de branqueamento, reconhecidos como armadilhas ideológicas alienadoras eficazes. Segundo Amauri Mendes Pereira, intelectual e militante negro atuante no momento de efervescência das atividades do IPCN,

“Neusa Santos Souza potencializou encontros, e visões, e outras dinâmicas de pensamento, que a gente precisava de uma justificativa. Você precisava convencer seu irmão, seu primo, seus vizinhos, onde você morasse, no subúrbio, na Baixada, você precisava convencer que tinha racismo para depois dizer que tinha que lutar contra o racismo.” (PEREIRA, 2020)

⁴ Grandes nomes do Núcleo Negro Socialista foram Hamilton Cardoso, em São Paulo, e Júlio Cesar de Tavares, no Rio de Janeiro, ambos à frente da construção do jornal Versus, um dentre muitos dos veículos da imprensa alternativa que constituía a rede de resistência à censura e ao bloqueio que o regime autoritário imprimia na disseminação de informações. Sem a possibilidade de organização em partidos políticos legais, o Versus assumiu uma centralidade na luta política por parte da oposição de esquerda no período, que compunha a imprensa contra hegemônica e revolucionária, constituindo uma cultura política de oposição ao regime, implicada na difusão das ideias de liberdade e direitos civis, de luta pela democracia e transformação da sociedade (RODRIGUES, 2021).

⁵ Segundo Júlio Tavares (2022), esta articulação negra, bem como várias outras entidades, antecedem a formação do MNUCDR; o Núcleo Negro Socialista se torna um forte articulador das pioneiras reuniões que propiciaram, no Rio de Janeiro e em São Paulo, a organização dos protestos que culminaram na formação do MNUCDR em 1978.

⁶ Espelhando o marxismo teórico do pensamento sobre as relações raciais brasileiro hegemônico no período, com referência à Florestan Fernandes (1978), Roger Bastide (1959) e Octavio Ianni (1972; 1978), além de embasar-se na Teoria das Ideologias de Althusser (1980).

Tornar-se negro e as discussões que propiciou no interior das organizações negras, sobretudo no Rio de Janeiro, fortaleceu o discurso antirracista que se solidificava nas décadas de 70 e 80, ao demonstrar a existência da discriminação racial a partir do diagnóstico de seus efeitos no campo subjetivo do negro em ascensão, evidenciando o racismo brasileiro enquanto fenômeno social a ser encarado com seriedade (teoricamente, politicamente e clinicamente), na medida em que produzia realidades sociais e realidades psíquicas.

Alguns anos após o lançamento de *Tornar-se negro* (1983), Neusa Santos se afasta da militância negra organizada, e passa a se dedicar exclusivamente à vida intelectual, clínica e de ensino na psicanálise, afinando-se cada vez mais à perspectiva lacaniana, tornando-se gradualmente uma referência no tratamento clínico psicanalítico com psicóticos no Rio de Janeiro. A psicanalista justifica este afastamento, na entrevista ao Programa Espelho do Canal Brasil, em 2008, como um deslocamento de interesse da temática da negritude para a temática dos “loucos”. Maria Lúcia da Silva, no prefácio à nova edição do *Tornar-se negro*, afirma que esta posição não a coloca alheia à questão racial enquanto preocupação política e prática antirracista cotidiana. Ela questiona: “Não seria militância sustentar-se, ano após ano, em espaços ‘reservados’ às pessoas não negras? Não seria militância lidar, cotidianamente, com a irracionalidade, a estupidez e o disparate próprios do racismo? Não teria ela escapado da armadilha que destina a luta antirracista somente às pessoas negras?” (SILVA, 2021:19).

No entanto, indagações e críticas foram direcionadas à posição de Neusa Santos Souza no Programa Espelho frente a seu desinteresse em discutir a temática racial a partir da perspectiva da psicanálise e à demarcação de uma evidente desvinculação, no contexto desta entrevista, da própria obra *Tornar-se negro*. Sem querer corroborar com a redução e fixação em cima de sua afirmação de que não republicaria o mesmo livro nos tempos em que concedeu a entrevista, pretendo evidenciar a complexidade do posicionamento da autora em que atesta a distância de seu momento presente, no que se refere à sua trajetória intelectual e clínica, em relação ao momento de produção da obra. Em primeiro plano, trago os trechos da entrevista em que ela demarca essa distância de forma evidente, procurando reconhecer os problemas e os limites em relação à própria obra.

Neusa Santos: A primeira questão é que é assim um pouco difícil hoje eu falar, nos mesmos termos que eu falei, do meu livro *Tornar-se negro*. Talvez, naquela época, eu pensasse que, do ponto de vista da psicanálise, se pudesse fazer uma

análise em alguma medida do social. Ou seja, partir da psicanálise para falar em termos genéricos. Então, quando você me pergunta quais são os principais problemas [psicológicos], digamos assim, do negro em ascensão, do negro no Brasil, é como se houvesse uma categoria maciça: o negro no Brasil. Talvez, eu acho que nem mesmo para a sociologia exista isso, mas falando, digamos assim, rapidamente, em termos sociais, talvez se possa dizer: o negro no Brasil. Mas, do ponto de vista analítico, isso fica difícil. Do ponto de vista da psicanálise, que é a minha prática, que é meu mergulho, que é meu cotidiano, é difícil falar isso. Aliás é mesmo impossível falar isso. Por quê? Porque para a psicanálise só se fala de um por um, só se fala da absoluta singularidade. Então, quer dizer, o que eu posso pensar é a partir de cada um que fala dessas questões a partir de uma elaboração singular dessas próprias questões. Eu não posso falar de generalidade. Infelizmente, talvez eu não possa satisfazer em responder positivamente essa questão, porque a questão analítica, a questão da psicanálise, é de como cada sujeito em particular, no caso, cada negro em particular, vai elaborar suas próprias questões. Então não tem uma resposta geral, entende?

Lázaro Ramos: Então, hoje em dia, você acha que é mais necessário individualizar mesmo? Independente da cor da pele?

Neusa Santos: Ah sim, eu acho que para a psicanálise só existe esse caminho, porque a rigor, para você pensar, você tem que fazer, digamos assim, uma certa concessão de generalização. Até se pode fazer isso. Mas quando você faz isso, você justamente vai falar de generalidade. Em termos mais radicais, você vai falar de trivialidade. Quando realmente você quer dizer alguma coisa realmente incisiva, você parte do caso por caso, do um por um. [...]

Sandra Almada: Não valeria a pena continuar usando a psicanálise, como acadêmica, pra olhar pra situação dos negros e continuar dando a sua contribuição?

Neusa Santos: O que eu tenho a dizer, do ponto de vista dessa generalidade que você me solicita, eu já disse. [...] Eu já disse. Tá aí nesse livro, que vocês tão trazendo à baila, que é o Tornar-se negro. Então, eu digo, e do ponto de vista do que eu disse naquele momento, naquele momento da minha trajetória, tá dito, e bem dito. Mas hoje eu teria, digamos assim, uma restrição importante ao fazer generalizações a partir da psicanálise. Justamente, porque eu acho que generalizações não cabe com psicanálise. Entendeu? Há uma certa contradição.

Sandra Almada: Então a senhora não republicaria?

Neusa Santos: Eu não republicaria. É um livro que está aí e é para ser usado. Mas eu já estou em um outro momento. Eu vejo a psicanálise hoje um pouco diferente do que eu via, talvez. Talvez, naquele momento, eu pudesse achar, como achei, isso que você falou um pouco de aplicar a psicanálise a essa questão. Hoje eu tenho grandes restrições da ideia de psicanálise aplicada. Eu acho que a psicanálise, o que ela tem de importante a dizer, o que ela tem de forte, ela concerne ao singular, ao individual. Eu acho que a contribuição, assim, radical dela é singular. Daí talvez a minha dificuldade e a minha insistência em não aceitar os convites pra falar da questão racial, da questão racial a partir da psicanálise, porque eu acho realmente quase que, assim, inconsistente essa articulação. Eu sei que se faz, eu sei que se pensa, mas, sinceramente, eu não assino embaixo. [...] A minha questão é a seguinte, eu

acho que, enquanto cidadã, sem o adjetivo “psicanalista”, seria muito mais fácil, digamos assim, eu talvez conversar sobre as questões raciais. O problema é quando me solicitam do lugar de psicanalista para falar disso.

O ponto chave das críticas de Neusa Santos direcionadas à própria obra talvez se situe na dificuldade em corroborar com determinada generalidade da experiência do que é ser negro passível de ser captada ou interpretada pelas chaves da psicanálise lacaniana, a qual ela se vincula teoricamente. Localiza, portanto, na apreensão do social ou do racial, uma contradição constitutiva àquilo que seria próprio da psicanálise, que pretende escutar o Sujeito, a Singularidade e o Inconsciente.

No entanto, mais de uma década após a realização desta entrevista, em um novo momento da psicanálise brasileira (incluindo a lacaniana), em que se reconhece a ampliação de esforços críticos e autorreflexivos no interior do campo, denunciando as suas raízes epistêmicas coloniais e de branquitude (GUERRA, 2021) e apontando para a necessidade de se “racializar” a produção teórica psicanalítica, pretendendo superar a recorrente omissão da temática racial nas publicações psicanalíticas (BRAGA & ROSA, 2018), uma nova literatura emerge para contestar a ideia de um inconsciente neutro, não marcado por uma experiência social e racial. O ideal de neutralidade que se encontra nas bases da formulação teórica do inconsciente psicanalítico esbarra no ideal de neutralidade da própria constituição de branquitude, a qual a psicanálise se encrusta enquanto campo de saber, o que leva a um silenciamento ativo do campo sobre a questão racial e uma impossibilidade de seu enfrentamento clínico. Isildinha Batista argumenta, em sua obra *A cor do inconsciente* (2021), que se o inconsciente traz as marcas das memórias da formação do sujeito, incluindo suas vivências assimétricas de sua posição na estrutura social, na subjetivação dos corpos brasileiros, pode-se dizer que o inconsciente tem cor (NOGUEIRA, 2021). O sujeito, assim, não é pensado enquanto um ser individual, uma vez que sempre inscrito no laço social (BRAGA & ROSA, 2018). “Quanto ao campo social, consideramos fundamental situá-lo num momento histórico, não esquecendo que este se caracteriza por relações de poder e de dominação num país extremamente desigual tanto social, quanto racialmente” (Idem, 2018:93).

Tais críticas se situam na esteira das publicações psicanalíticas que apostam na necessidade de revisão e atualização do campo de produção de saber e de atuação psi no Brasil, no que toca a incorporação do debate racial e antirracista, apostando em uma teoria e práxis que, “desde a psicanálise, abalem a estrutura da segregação, advinda

pulsionalmente da projeção do gozo sobre o corpo racializado” (GUERRA, 2021), escancarando a violência contida no daltonismo da teoria e clínica psicanalítica (BRAGA, 2015). Tal daltonismo estaria sendo reproduzido tanto na própria teoria e nas pesquisas em psicanálise, quando se invisibiliza a questão racial, quando se produz “autores incolores” e quando psicanalistas negras/os são esquecidas/os e silenciadas/os; quanto na prática clínica, quando não se exerce escuta para a subjetivação racializada dos pacientes e dos próprios analistas, ou quando não se problematiza o elitismo e a branquitude das clínicas em psicanálise.

Sobre as supostas justificativas teóricas para tal daltonismo, Braga e Rosa argumentam que “o sujeito é tomado como um ser individual e a neutralidade do analista é invocada” (2018:92).

Tal neutralidade, que seria relativa ao desejo do analista, uma vez que não seria ele a tomar as rédeas das escolhas de vida de seu paciente, é tomada como argumento para a desconsideração de uma distribuição desigual de oportunidades e de direitos no Brasil, não só às condições de saúde, escola, moradia, mas que inclui o direito à memória, ao lazer, ao luto, à palavra, ao desejo e ao prazer (Rosa, 2002). Há outros psicanalistas que defendem a importância de situar o momento histórico em que vivemos, diferenciam as mulheres e homens de hoje e os dos tempos de Freud, abordam a subjetividade marcada pelo capitalismo avançado e debruçam-se sobre as novas configurações familiares. No entanto, “esquecem” de apontar que não estamos todos em posições equivalentes ou lugares iguais na estrutura social e na rede discursiva, omitem as relações de dominação e de servidão. Para estes psicanalistas é importante estarmos atentos às novas configurações do sintoma, mas o silêncio impera quanto à cor e à pertença social. (BRAGA e ROSA, 2018:92).

Tais visões críticas, divergentes às que Neusa Santos apresenta no Programa Espelho, traduzem abordagens mais contemporâneas sobre a problemática por ela apontada, a saber a das impossibilidades ou limites da psicanálise em tratar de temas que constituem o campo social ou político enquanto objeto de estudo e de intervenção clínica. Nesse sentido, visibilizo as questões trazidas por um de meus interlocutores de pesquisa, psicanalista negro lacaniano, Paulo Bueno, que reflete sobre o trabalho autocrítico necessário sobre o campo da saúde mental e sobre a possibilidade de se incorporar a questão das relações raciais na teoria psicanalítica (lacaniana) e na formação clínica dos psicanalistas brasileiros, construindo uma afinação do olhar e da escuta para a “raça” na clínica analítica.

Mas existe um outro lado que diz respeito também ao próprio processo. O próprio caminho, o próprio itinerário de formação do psicanalista, que também tem uma singularidade que precisa ser questionada. Como esse analista se deparou com a questão racial? Somos todos racialmente atravessados em todas as nossas relações. Como ele se deparou com isso, como que ele trabalhou na análise e no processo analítico que o formou? Se a gente está falando sobre quedas de ideais, em análise, e a gente fala nisso o tempo todo. Como os analistas se formam em relação aos ideais que carregam insígnias de dominação na sociedade. Como eu, como um homem, com todos os privilégios que essa posição me confere, tenho trabalhado a minha masculinidade em análise para me formar um analista que vou atender mulheres, transgeneridades. Vou atender homens e mulheres gays, lésbicas. Como o analista branco passa e atravessa também por ideais, identidades. Não é um erro a gente, a partir da psicanálise, questionar a questão das identidades. É a primeira que tem que ser questionada é a identidade branca. Que nos constitui, que nos atravessa completamente. Então acho que essas são respostas bastante importantes para poder pensar esse analista que vai trabalhar com o singular desse outro sujeito. Como ele passa, na sua formação teórica, pelos estudos das relações raciais num país como o Brasil? Acho que isso tudo também tem que fazer parte. Eu acho que a partir daí a gente consegue pensar de fato a dimensão singular. O analista não é simplesmente um ser abstrato que está pronto para escutar os significantes e a singularidade. Acho que tem que passar por tudo isso. [...] Agora, como você vai conseguir mudar a formação de analistas que tão numa sociedade como a nossa, que forma racismo desde os anos mais tempos da criança. Onde se vai enfrentar isso de verdade? Acho que esse que é o ponto mais delicado. (BUENO, 2022)

Ao refletir sobre o silêncio e a resistência do campo psicanalítico em enfrentar a discussão sobre o racismo, pretende-se alcançar o debate sobre as possibilidades do *Tornar-se negro* (SOUZA, 2021[1983]) ser ainda uma contribuição para o contexto presente, ainda que sejam necessárias atualizações e reformulações, incorporando, nesta leitura, as dinâmicas e os desafios atuais. Tais leituras atualizadas incluem pensar sobre o quanto as novas configurações de família, sobretudo das famílias negras e interracialis (SCHUCMAN, 2018); o impacto da Lei 10639/03, que impõe, no currículo escolar, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, e da implementação das cotas raciais nas universidades públicas, a partir do início dos anos 2000; o aumento da representatividade de pessoas negras no âmbito do mercado da comunicação e da publicidade; ou a “massificação” dos debates antirracistas, em níveis menos circunscritos à universidade e à militância política, produzem mudanças na forma como o Ideal de Eu branco terá mais ou menos incidência sobre a subjetividade dos negros brasileiros (em ascensão).

Algumas perspectivas recentes sobre a obra *Tornar-se negro* nos fazem vislumbrar que o momento em que vivemos, no que toca as relações raciais, amplia possibilidades para se

responder subjetivamente ao racismo sem estar necessariamente amarrados aos processos psicodinâmicos que Neusa Santos descreve em 83 – a saber, a de sucumbir as punições do Super Eu representadas pela melancolia ou a de cavar novos caminhos de realização do Ideal, seja na busca por um parceiro branco, cuja estratégia continua a cumprir os imperativos superegóticos pautados nos valores dominantes, seja construindo um Ideal de Eu novo que encarne valores positivados da negritude. Ainda que os ideais de branquitude permaneçam como estatuto hegemônico que se atualiza e ganha novos contornos, é inegável que, no presente, ampliam-se modelos de identificação disponíveis vinculados à identidade negra, que permitem a construção de uma identificação positiva, que não passe necessariamente pela vivência ativa na militância política ou que tenha como referência direta a história de violência antinegra.

A complexidade do pensamento de Neusa Santos Souza ([2021]1983) advém do fato de que ela afirma que não existe *a priori* uma identidade negra (positiva) que se possa afirmar ou se negar, essa identidade precisa ser forjada e constantemente reconstruída, através do processo de tornar-se negro. Tornar-se negro é, portanto, uma condição de cura para o sofrimento do racismo, pois a construção dessa identidade permite a reinvenção de ideais sobre a negritude enquanto uma possibilidade identificatória positiva (BUENO, 2022). Para que seja possível se construir subjetivamente, a partir desta identidade, é necessário que existam ou sejam criados modelos de identificação positivos disponíveis nas “prateleiras das identificações” que circulam no mundo social, pois o lugar de dejetado social por si só não produz identificação (Idem). No momento em que vivemos, ainda que interpelados por novos desafios e impasses no que toca à questão racial, possibilidades identificatórias dignas (KEHL, 1999), projetadas em torno de uma visão positiva da negritude, se multiplicam e se tornam de mais fácil alcance – sem a necessidade, por exemplo, de uma vivência na militância antirracista ou um conhecimento histórico que produza a consciência do processo ideológico que constrói o discurso mítico e fetichista sobre o negro (SOUZA, 2021[1983]).

As questões aqui levantadas, e que permanecem em aberto, interrogam-nos sobre se essas mudanças de nosso tempo provocam “novos” processos de subjetivação atravessados pela experiência de ser “negro/a em ascensão social” no Brasil e/ou se o impacto do racismo na sociedade brasileira atual produz diferentes efeitos e quadros psíquicos dos descritos no livro publicado em 1983. Desdobram-se também em questões sobre de que forma as conclusões do *Tornar-se negro* ainda podem ser incorporadas para se pensar a atualidade.

Dessa forma, retorno aos próprios problemas e limites apontados por Neusa Santos, em 2008, sobre o próprio trabalho, mas mobilizando abordagens atuais que sua posição, naquele momento, não poderia alcançar. Assim, as perspectivas psicanalíticas recentes aqui introduzidas, compreendem que as esferas do singular/indivíduo e coletivo/social são demasiadamente contaminadas e não traduzem universos impermeáveis, e que, em respeito à psicanálise, interpretam a possibilidade de não abrir mão do singular sem que se abandone o olhar para o social.

Ainda que sendo uma discussão restrita ao campo da psicanálise (e da saúde mental de forma ampliada), podemos extrair dela significativas contribuições para as ciências sociais, na medida em que este campo, ao pensar a raça, muitas vezes ficou restrito a uma análise mais macrossocial, deixando a questão da subjetividade e da singularidade (e até mesmo do inconsciente) como elementos pouco relevantes para a compreensão das relações raciais e dos efeitos do racismo estrutural⁷. Apenas recentemente foi incorporado o tema do sofrimento por abordagens socioantropológicas (KLEINMAN et al., 1997), que permitiram diálogos com essas perspectivas inseridas por outros campos. Nesse sentido, seria interessante avançarmos em uma discussão no campo sociológico-antropológico sobre os alcances e os limites de abordagens individuais e íntimas, baseadas na escuta (não apenas clínica), para se analisar problemas sociais e estruturais como o racismo.

O olhar contemporâneo para o livro *Tornar-se negro* (SOUZA, 2021[1983]) nos permite reconhecer que as saídas para o problema social do racismo podem partir da esfera política, mas há inúmeros movimentos, menos visíveis, operados no plano da subjetividade. Esta releitura também possibilita compreender que as respostas para um sofrimento que é coletivo e de origem social serão sempre respostas singulares e nunca genéricas. O que encosta no problema apontado por Neusa Santos, no Programa Espelho, no que se refere ao seu incômodo diante da construção de um “negro genérico”, que poderia anular a dimensão da singularidade da experiência de cada indivíduo negro que vivencia o racismo.

Por fim, apesar de certa fixação existente em cima da afirmação de Neusa Santos de que ela não republicaria o livro em 2008, aqui preferimos ficar com a frase dita por ela logo

⁷ Interessante notar que tanto Virginia Bicudo, quanto Lélia Gonzalez, além de Neusa Santos, tomaram um caminho teórico que se apoiou na psicanálise para refletir sobre a relação entre racismo e subjetividade (BRAGA, 2016).

antes dessa afirmação, que atesta que “do ponto de vista do que eu disse naquele momento, naquele momento da minha trajetória, tá dito, e bem dito”.

Bibliografia

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. In: *Posições II*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo: Nacional. 1959.

BICUDO, V. L. *Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Ciência. Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo. 1945.

BRAGA, A. P. M.; ROSA, M. D. Articulações entre psicanálise e negritude: desamparo discursivo, constituição subjetiva e traços identificatórios. *Revista da ABPN*, 24, 89-107. 2018.

BRAGA, A. P. *Os muitos nomes de Silvana: Contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras*. Tese de doutorado em Psicologia Clínica. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. 2015.

BRAGA, A. P. *Pelas trilhas de Virgínia Bicudo: psicanálise e relações raciais em São Paulo*. *Revista Lacuna*. 6 de dezembro de 2016, artigo, n -2.

BUENO, Paulo. Entrevista concedida à Luiza Freire Nasciutti, como parte da metodologia de pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (em processo de desenvolvimento). 2022.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* n. 12, pp. 100-122. 2007.

FERNANDES, F. *A integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática. 1978.

GOMES, Janaína D. *Os segredos de Virgínia: Estudos de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo. 2013.

GONZALEZ, L. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, (v. 2, n. 1, pp. 223-244). 1984.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. RIOS, Flávia. LIMA, Márcia (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GUERRA, Andrea M. C. Branquitude e Psicanálise: segregação racial e a matriz colonial do saber. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 230, set./out. 2021.
- IANNI, O. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- IANNI, O. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1972.
- KEHL, Maria Rita. Violência e Mal estar na Sociedade. Radicais, Raciais, Racionais: a grande fratria do rap na periferia de São Paulo *Print version ISSN 0102-8839 São Paulo Perspec.* vol.13 no.3 São Paulo July/Sept. 1999.
- KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (Org.). *Social suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- NOGUEIRA, Isildinha Batista. *A cor do inconsciente: Significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- PEREIRA, Amauri Mendes. Entrevista concedida a Leonardo Souza. Acervo de Leonardo Souza para curta documentário “Um Grito Parado no Ar”. 2020.
- PEREIRA, Amauri Mendes; DA SILVA, Joselina. *O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Nandyala, 2009.
- RIOS, Flávia M. Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000). *Revista Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2009.
- RIOS, Flávia M. O protesto negro no brasil contemporâneo (1978-2010). *Revista Lua Nova*, São Paulo, 85: 41-79, 2012.
- RODRIGUES, Roberto da Silva. A luta pela democracia: uma análise a partir do jonal Versus. Anais do IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. UDESC. Florianópolis, 2021.
- SCHUCMAN, L. V. *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. Salvador: EDUFBA. 2018.
- SILVA, M. L. Prefácio a esta edição. In: SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, N. S. Entrevista para o Programa Espelho. Canal Brasil. 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eugWGvhG48o&t=21s>. Último acesso em: 25.08.2022.

SOUZA, Neusa Santos. *A Psicose: um estudo lacaniano*. Rio de Janeiro: Revinter. 1999.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TAVARES, Júlio Cesar. Entrevista concedida à Luiza Freire Nasciutti, como parte da metodologia de pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (em processo de desenvolvimento). 2022.